

Diário de Notícias

Terça-feira | 29 de Julho de 2008 | Ano 144.º | N.º 50 886 | 0,90€ | SFR, 3,70 (Suíça) www.dn.pt
Director João Marcelino | Directores adjuntos Filomena Martins | Rui Hortelão | Subdirectora Catarina Carvalho



Futebol: penas confirmadas

FPF. Parecer de Freitas aceite com condenação de Pinto da Costa e descida de Boavista Desporto, pág. 35

Estado pagou 27 milhões a gestores públicos em 2007

Os gestores das empresas públicas receberam 26,8 milhões de euros em remunerações no ano passado. Este valor é revelado no relatório sobre o sector empresarial do Estado e re-

presenta um aumento de 30% face aos dados de 2006. O Ministério das Finanças garante que os números não são comparáveis, mas admite que o número de administradores

349 mil euros foi o custo médio por administração

públicos subiu. As 77 das principais empresas públicas mostram um custo médio por administração de 349 mil euros, inferior ao sector privado.

Actual, págs. 2 e 3

5 anos por blear 'abusador' de gato

Homem atirou contra vizinho por achar que este estava a sodomizar animal. Foi ontem condenado. Portugal, pág. 13

Aluno alemão acusa PSP de agressões

Adrian diz ter sido espancado na esquadra do Bairro Alto, mas PSP nega agressões. Portugal, pág. 10

Concurso de TV

Cada gestão custou 349 mil euros em 2007

ANA SUSPIRO

As administrações das empresas públicas receberam um total de 26,8 milhões de euros no ano passado. Esta soma compreende um universo de 77 empresas que representam cerca de 90% da carteira de participações relevantes do Estado.

Este montante significa um valor médio por cada administração (pode ter entre três e onze elementos) de 349 mil euros, de acordo com o documento sobre o bom governo das sociedades que acompanha o relatório sobre o sector empresarial do Estado, divulgado na semana passada. O valor médio das remunerações desce para os 323 mil euros por ano, quando excluimos a Caixa Geral de Depósitos, entidade onde o accionista Estado mais paga (ver caixa).

O documento mostra que para além das remunerações base e complementares, os gestores públicos beneficiaram de 4,5 milhões de euros outras regalias e compensações, tendo sido assumidos custos de 2,8 milhões de euros em benefícios sociais. Se essas parcelas forem adicionais às remunerações, o que não é claro no documento, os gestores receberam então 34 milhões de euros em 2007.

Os custos com a remuneração base da gestão das empresas públicas revelam uma subida da ordem dos 30% em relação aos encargos pagos aos conselhos de administração de 78 empresas públicas em 2006. O rela-

tório sobre o sector empresarial do Estado de 2007 [relativo a 2006] revela que as administrações receberam 20,3 milhões de euros, incluindo remuneração base, outras regalias e compensações e encargos com benefícios sociais. Não obstante, o valor médio pago por empresa era mais alto em 2006, cerca de 398 mil euros, de acordo com o relatório.

Questionado sobre o aumento dos encargos globais com as administrações de empresas públicas, fonte oficial do Ministério das Finanças esclarece que os dois números não são directamente comparáveis. É que o levantamento do ano passado, e relativo ao 2006, foi feito com base em informação das próprias empresas e não incluíam a totalidade da carteira do Estado. Os dados de 2007 têm um âmbito mais alargado. Além disso, os dados de 2006 só revelam a remuneração base e por isso também não são comparáveis, realçam as Fi-

nanças.

Mais gestores
Mas por outro lado, o Ministério das Finanças re-

conhece que as empresas do Estado tem agora mais administradores que no passado, embora sejam não executivos e com salários menos altos. "Em virtude da importante reforma do modelo do governo do Sector Empresarial do Estado (SEE) e em particular do reforço de função de fiscalização foram nomeados administradores não executivos". Outra alteração importante na carteira do Estado que explica o aumento dos encargos com administrações é a transformação de hospitais que estavam no sector público administrativo em empresas públicas, o que naturalmente se traduziu na subida dos custos com a remunera-

ção das administrações no sector empresarial do Estado. Em média, 84% das remunerações dos gestores públicos é paga pelas próprias empresas. As empresas públicas pagaram ainda 1,486 milhões de euros aos órgãos de fiscalização das administrações, um valor médio global de 19305 euros por empresa. ■

Novo modelo de gestão implica mais administradores

A grande maioria das remunerações dos administradores é paga pela própria empresa

Prejuízo global ascendeu a 373 milhões em 2007

Gestão. O sector dos transportes públicos é a grande dor de cabeça do Estado

Entre a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e a Refer há uma diferença da ordem dos mil milhões de euros em resultados. Enquanto o banco público apresentou um lucro recorde de 856 milhões de euros em 2007, a gestora da Rede Ferroviária Nacional registou prejuízos 223 milhões de euros.

Apesar da melhoria de 14% ou de 129,6 milhões de euros anunciada pelo Executivo, no final da semana passada, nos resultados das empresas públicas, a verdade é que o saldo continua nega-

tivo. Aliás o prejuízo global até aumentou quase três vezes para 373 milhões de euros, antes de interesses minoritários, o que é explicado pelo facto da Parpública ter registado lucros extraordinários em 2006 decorrentes das mais-valias com privatizações que não foram repetidos no ano passado.

O sector dos transportes continua a ser a grande dor de cabeça do accionista Estado.

A somar aos prejuízos da Refer, as operadoras de transportes somaram 557,2 milhões de euros de resultados negativos, praticamente o mesmo nível do ano anterior. A CP é a que apresenta mais prejuízos, não obstante uma ligeira melhoria dos resultados também sentida na Carris e no Metropolitano de Lisboa. A Metro

do Porto foi a empresa que mais agravou os prejuízos. O sector dos transportes públicos é aliás um dos grandes responsáveis pelo aumento de endividamento que nas empresas não financeiras registou um crescimento de 2835 milhões de euros face a 2006.

Em matéria de dividendos, o Estado recebeu 556 milhões de euros no ano passado, relativos aos lucros apurados em 2006, o que representa um aumento de 4%. Por outro lado, o Estado reforçou o esforço financeiro que subiu 177 milhões de euros para 881 milhões no ano passado, sobretudo através de dotações de capital e de indemnizações compensatórias. A saúde foi uma das áreas mais beneficiadas, com um acréscimo do investimento de 150 milhões de euros. ■

5 perguntas a... Rafael Mora

PARTNER DA CONSULTORA HEIDRICK & STRUGGLES

“Há muita demagogia sobre o salário dos gestores públicos”

Um valor médio de 340 mil euros por administração de empresa pública é muito ou pouco?

Depende. Em média uma administração deve ganhar até 2,5% dos lucros da empresa. Mas, comparando esse valor com as grandes empresas privadas em Portugal, o Estado ainda paga muito pouco. Em algumas das maiores empresas, só o presidente ganha mais do que esse valor. **Então o Estado não consegue competir com os privados para ter os melhores gestores?**

O Estado tem muitos bons gestores públicos que poderiam estar a ganhar muito mais no sector privado. Aliás, alguns já estão. Por exemplo, o salário de Santos Ferreira para presidente da Caixa Geral de Depósitos era muito baixo para o praticado pelos concorrentes privados. [O gestor é agora presidente do BCP, tendo levado mais dois ex-administradores da Caixa].

É muito comum a ideia de que os gestores públicos ganham demais para os resultados obtidos.

Concorda com esta ideia?

Há muita demagogia sobre os salários dos gestores públicos. Se o Estado poupar nos salários e não for competitivo com as empresas privadas e pagar mal aos seus gestores, os resultados acabam por ser piores. E isso pode significar mais impostos para financiar as empresas e os serviços públicos.

Faz sentido premiar os gestores de empresas com prejuízo?

Pode fazer. O que deve ser premiado é a eficiência da gestão. Se numa empresa que perdia cem, o gestor consegue passar a perder apenas 20, isso deve ser premiado. Porque acaba por poupar recursos ao Estado.

Trabalhou com o Governo para fixar as regras dos contratos de gestão por objectivos nas empresas públicas. Quando é que podemos avaliar os resultados?

Pode demorar dois anos a avaliar os resultados da gestão e os primeiros contratos foram assinados em 2006, mas já são visíveis melhorias na informação dada pelas empresas. ■

RTP



Almerindo Marques

Cargo: Ex-presidente da RTP

2007

233
mil euros

O ex-presidente da RTP auferiu uma remuneração bruta de 233 mil euros. A RTP teve um prejuízo de 36 milhões de euros em 2007. Almerindo Marques preside agora à Estradas de Portugal onde tem uma remuneração semelhante.

ANA



Guilhermino Rodrigues

Cargo: Presidente da ANA

2007

205
mil euros

Guilhermino Rodrigues teve um salário da ordem dos 205 mil euros na presidência da ANA. Curiosamente, o vice-presidente ganhou mais, cerca de 277 mil euros, porque tinha um salário-base mais elevado. A ANA lucrou 37 milhões.

CGD



Carlos Santos Ferreira

Cargo: Ex-presidente da Caixa

2007

516
mil euros

Apesar de ter sido dos gestores públicos mais bem pagos, o salário de Santos Ferreira na Caixa estava aquém do praticado nos bancos privados. Talvez uma das razões para o gestor ter trocado o banco público pelo BCP. A CGD lucrou 856 milhões.

CARRIS



José Silva Rodrigues

Cargo: Presidente da Carris

2007

115
mil euros

A remuneração do presidente da Carris andou na casa dos 100 mil euros no passado, com todas as componentes. Um vogal da administração da empresa de transportes públicos ganhou 86 mil euros em 2007. A Carris perdeu 39 milhões.

ADP



Pedro Serra

Cargo: Presidente da Águas de Portugal

2007

163
mil euros

A remuneração bruta de Pedro Serra na Águas de Portugal foi da ordem dos 163 mil euros. Um dos vogais ganhou 145 mil euros. A gestão do grupo, com lucro de 7,9 milhões, foi alvo de recente auditoria do Tribunal de Contas bastante crítica.

CTT



Luís Nazaré

Cargo: Ex-presidente dos CTT

2007

200
mil euros

Foi o salário anual de Luís Nazaré em 2007 antes de trocar a presidência dos CTT pelo sector privado. Os salários dos outros gestores oscilaram entre 180 e 170 mil euros, só com remuneração base já que não receberam valores complementares.

lhões

A ferrovia continua a liderar os prejuízos no sector empresarial do Estado

2006

20
milhões de euros

VALOR MÉDIO

398
mil euros

O relatório sobre 2006 fala em remunerações de 20,3 milhões de euros e um valor médio por empresa de 398 mil euros; dados que as Finanças dizem estar incompletos e, por isso, incomparáveis.

2007

27
milhões de euros

VALOR MÉDIO

349
mil euros

As remunerações de 77 empresas públicas ascenderam a 26,8 milhões de euros. O valor pode subir para 34 milhões com outras regalias e encargos com benefícios sociais.